



CONCURSO PÚBLICO DA EMPRESA DE TECNOLOGIA E
INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA
DATAPREV

NÍVEL SUPERIOR – TARDE
**ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ADVOCACIA**

PROVA OBJETIVA - TIPO 1



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.**
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-lo.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do cartão de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída das salas e dos sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Leia com atenção o texto a seguir.

Processamento de dados é a conversão de dados brutos em informações úteis por meio de etapas estruturadas, como coleta, preparação, análise e armazenamento de dados. As organizações podem ter insights praticáveis e informar a tomada de decisão processando dados de forma eficaz.

Historicamente, as empresas dependiam de processamento de dados e calculadoras para gerenciar conjuntos de dados menores. Como as empresas geravam volumes cada vez maiores de dados, tornaram-se essenciais os métodos avançados de processamento de dados.

KRANTZ, Tom. JONKER, Alexandra. *O que é processamento de dados?* IBM.2025.

As opções a seguir apresentam observações corretas sobre esse pequeno texto, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O texto se inicia pela definição de “processamento de dados”.
- (B) As duas ocorrências do conectivo “como” possuem o mesmo significado.
- (C) Por meio do processamento de dados, informações úteis resultam da conversão de dados brutos.
- (D) De acordo com o texto, os métodos avançados de processamento são respostas a uma necessidade.
- (E) O advérbio “historicamente” se refere a realidades passadas no terreno do processamento de dados.

2

Leia com atenção o trecho a seguir.

“Se os navios geralmente vão melhor do que os Estados, isso ocorre pela única razão de que naqueles cada um aceita a parte que lhe compete, enquanto nestes, na maioria das vezes, quanto menos se sabe, mais se tem o desejo de comandar.”

Sobre esse trecho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A conjunção “Se” inicial indica uma condição.
- (B) O pronome demonstrativo “naqueles” tem como referente os navios.
- (C) O advérbio “geralmente” se opõe semanticamente à expressão “na maioria das vezes”.
- (D) Na comparação entre navios e Estados, o trecho indica a superioridade dos Estados sobre os navios.
- (E) Enquanto o demonstrativo “isso” se refere a algo já dito, o pronome “cada um” se refere a algo futuro do trecho.

3

No texto a seguir, os pronomes demonstrativos sublinhados estão bem empregados.

Se os navios geralmente vão melhor do que os Estados, isso ocorre pela única razão de que naqueles cada um aceita a parte que lhe compete, enquanto nestes, na maioria das vezes, quanto menos se sabe, mais se tem o desejo de comandar.

Assinale a opção que mostra a frase em que o demonstrativo está **erradamente** empregado.

- (A) Esta é a regra de ouro dos governantes: respeitem os votos dos eleitores.
- (B) Antigamente, as leis eram observadas com mais rigor, mas, naqueles tempos tudo era diferente.
- (C) Os advogados devem manter sigilo sobre seus clientes e isso deve ser rigorosamente respeitado.
- (D) Dicionários e enciclopédias fazem parte de boas bibliotecas, mas entre estes e aqueles há diferença de volume.
- (E) Para os que não conseguem governar a própria casa nem os povos, uma boa desculpa é dizer que estes são ingovernáveis.

4

Leia o texto a seguir.

Quem governa uma instituição pública ou privada é sempre objeto do ódio e das queixas dos governados. Os homens estão sempre descontentes porque estão sempre infelizes. Por isso ficam descontentes com o próprio Estado, e também por isso ficam descontentes com quem o governa... Entretanto, no que concerne ao ato de governar, infelizmente existem apenas duas alternativas realmente sensatas: ou abster-se do governo, seja ele público ou privado, ou administrá-lo totalmente em vantagem própria e não dos governados.

Leopardi, Giacomo. Ensaísta italiano.

As opções a seguir apresentam observações de caráter linguístico sobre o texto.

Assinale a única observação **incorreta**.

- (A) Os adjetivos “pública ou privada” são de conteúdo subjetivo, expressando uma opinião do enunciador do texto.
- (B) O segundo período do texto traz uma justificativa para o que é afirmado no período anterior.
- (C) O termo “e também” traz uma redundância, que é normalmente aceita.
- (D) As duas ocorrências de “por isso” mostram o mesmo antecedente.
- (E) O termo “Entretanto” traz o valor de oposição.

5

Os que trabalham em espaços profissionais em que inserem textos devem preocupar-se com a correção gramatical.

Entre as frases a seguir, assinale a que se mostra integralmente correta.

- (A) Vimos hoje aqui depois das aulas.
- (B) Vieram ela e eu para a festa no mesmo táxi.
- (C) Os policiais requisaram nossos documentos.
- (D) Não restou nenhum segredo entre eu e meu advogado.
- (E) As autoridades interviram nos problemas políticos surgidos na semana passada.

6

Assinale a opção que apresenta o único texto coerente.

- (A) Na Europa, nesta época, faz muito frio: vamos comprar roupas mais leves.
- (B) A verdade é que ninguém pretende descobrir nada com essas investigações.
- (C) A despeito dos altos preços dos restaurantes, não comemos fora durante a semana.
- (D) Nessas situações há duas coisas a fazer: dirigir-se imediatamente a uma delegacia.
- (E) Ela não sabia desde que momento de sua vida ela trazia aquela marca de nascença na testa.

7

As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior, estabelecendo coesão na frase.

Assinale a opção em que a identificação do antecedente do termo sublinhado está correta.

- (A) A morte é um jeito de a natureza lhe dizer para pegar leve. / a natureza.
- (B) Que apertada é a porta e que estreito o caminho que conduz à vida. / a porta.
- (C) Todo homem deveria ser incendiário até os 25 anos de idade e bombeiro dá em diante. / 25 anos.
- (D) O jovem não raciocina, age; o velho raciocina e põe os outros para agirem em seu lugar. / o jovem.
- (E) Qual pode ser a vida que começa pelos gritos da mãe, que a dá, e os choros do filho que a recebe. / a vida.

8

As opções a seguir apresentam frases em que há a repetição de uma mesma palavra.

Assinale aquela em que as palavras mostram sentidos diferentes.

- (A) Morrer por uma causa não faz com que essa causa seja justa.
- (B) Para mim, velho é aquele sujeito 15 anos mais velho do que eu.
- (C) Depois dos 70, tudo se resume a remendar, remendar, remendar.
- (D) Fala-se muito em loucuras da juventude; não sei, porém, porque nada se diz das loucuras da velhice.
- (E) Quarenta anos é uma idade terrível. Porque é a idade em que chegamos a ser o que somos.

ATENÇÃO: O texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

Leia o texto abaixo, sobre gestão e governança.

A governança não se confunde com gestão: enquanto a gestão executa atividades e processos, a governança direciona, define políticas, estabelece prioridades e supervisiona resultados, garantindo que os objetivos organizacionais da empresa sejam alcançados de forma ética e eficiente. Ela envolve a definição de responsabilidades, a alocação de recursos e a criação de mecanismos de controle de atividades e monitoramento.

9

Sobre a estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto tem a finalidade de definir os dois processos.
- (B) O texto pretende mostrar a superioridade da governança sobre a gestão.
- (C) O texto pretende mostrar objetivamente a diferença entre gestão e governança.
- (D) O texto pode ser definido como argumentativo, pois expõe opiniões do enunciador do texto.
- (E) O texto indica uma série de atividades da governança em ordem cronológica, montando um texto narrativo.

10

Nas opções a seguir, assinale aquela que traz uma função diferente do conectivo de.

- (A) objetivos organizacionais da empresa.
- (B) definição de responsabilidades.
- (C) alocação de recursos.
- (D) criação de mecanismos.
- (E) controle de atividades.

ATENÇÃO: O texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

Um Analista de Negócios de TI desempenha um papel crucial em unir a tecnologia e os objetivos empresariais. Este profissional é responsável por garantir que as soluções de TI estejam alinhadas com as necessidades e objetivos empresariais, promovendo assim eficiência e inovação. Dentro da categoria de alinhamento entre TI e negócios, o Analista de Negócios de TI (IT BA) identifica áreas de melhoria, documenta requisitos e garante que as soluções tecnológicas sejam implementadas de forma eficaz para aprimorar os processos estruturais das empresas modernas.

11

Pela sua estrutura, esse pequeno texto deve ser classificado, quanto ao seu tipo, como

- (A) injuntivo.
- (B) informativo.
- (C) descritivo e narrativo.
- (D) descritivo e expositivo.
- (E) argumentativo e expositivo.

12

Entre os adjetivos que aparecem nas opções abaixo, assinale aquele que mostra uma opinião do enunciador, indicando uma qualidade.

- (A) papel crucial.
- (B) objetivos empresariais.
- (C) soluções tecnológicas.
- (D) processos estruturais.
- (E) empresas modernas.

Língua Inglesa

READ TEXT I AND ANSWER NEXT SEVEN QUESTIONS.

TEXT I

AI is getting better at writing. Humans must get better at editing.

Writing is hard. For Franz Kafka, putting words on the page was a process of “unending torments”. George Orwell said it felt like “a long bout of some painful illness”. Hunter S. Thompson, a journalist, saw it as the opposite of sex: “only good when it’s over”. Now AI has come to the rescue. Large language models (LLMs) eagerly offer reams of text without any pain or torment. Bots can spew out emails (excellently), longer prose (passably) and poetry (poorly). To them, writer’s block is a 500-sheet pack of paper: any user of an LLM can produce as many words in a day as Kafka did in his life.

For human writers this is a blessing and a curse. If you claim to be an author but use AI, you look like a fraud—bot-busting tools like Pangram are good at spotting when someone has had an AI helping hand. [...]

If LLMs keep improving, in a few years they could be as good as professional wordsmiths. In the meantime, though, their baggy prose puts a premium on editing skills. After all, even the best writers need a good editor to keep them sharp. Editing is something *The Economist* deals with day in, day out, so here are our tips for rewriting AI prose.

First, commission well. George R.R. Martin once said the job of editors is to “clip the wings” of writers, and “tell them in which direction to fly”. When it comes to LLMs, that means giving clear instructions about exactly what you want, and asking them to refine their output as many times as necessary. You’ll get less pushback from machines than men. Mr Martin said editors were “the writer’s natural enemy”; AI would probably say “great observation!” and “love the enemy analogy!”

Second, pay attention to detail. AI writers will make mistakes and offer phrases that sound good but mean nothing. They like to lavish their prose with Latinate words, talking about the “bi-directional flow” and how to “expedite grid enhancements”; remind them that Anglo-Saxon words are often punchier. They like clichéd metaphors: there are lots of “Achilles’ heels”. And AI tends to use the “rule of three” far more than humans. *The Economist* also likes this rhetorical trick. But whereas we try to group three sensible bits of advice, AI offers such redundant sentences as: “The mystery has been solved—not partially, not ambiguously, but definitively.” Such lines should be cut—definitively.

Finally, know your audience. The editor is an intermediary between writer and reader. LLMs are sycophants and their smarmy tone is often off-key. If you are writing an email to break some bad news to your boss, tell your bot to skip the exclamation marks. AI can be pretentious or pontificating (it was trained on human writing, after all). Most people are short of time, but a verbose AI pins you to the wall like a bore at a party.

“Write drunk, edit sober,” goes the old writers’ maxim. If that’s right, when the AI-human team gets down to work, the AIs will have all the fun.

Adapted from <https://www.economist.com/leaders/2026/07/30/ai-is-getting-better-at-writing-humans-must-get-better-at-editing>

13

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () The first paragraph refers to authors who assert that writing is an easy task.
- () At times, the tone of LLM-generated prose can be rather inappropriate.
- () It is argued that nowadays editing has lost its relevance.

The statements are, respectively,

- (A) F – F – T.
- (B) T – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) T – T – F.
- (E) F – T – F.

14

In the expression “*bout of some painful illness*” (1st paragraph), “*bout*” can be replaced, without significant change in meaning, by

- (A) cause.
- (B) period.
- (C) recovery.
- (D) symptom.
- (E) diagnosis.

15

In the first paragraph, the sentence “*Now AI has come to the rescue*” means that LLMs can

- (A) reduce memory loss.
- (B) discard important data.
- (C) win literary competitions.
- (D) provide considerable help.
- (E) avoid using personal input.

16

“*For human writers this is a blessing and a curse*” (2nd paragraph) contains a(n)

- (A) personification.
- (B) repetition.
- (C) command.
- (D) antithesis.
- (E) solution.

17

The word “*like*” in “*bot-busting tools like Pangram are good at spotting*” (2nd paragraph) is used in the same way as in

- (A) AI writers like to indulge in words that come from Latin.
- (B) The likes of AI bots are changing the way humans write.
- (C) Some AI programs tend to use words like “leveraging”.
- (D) Editors know what texts written by AI tools look like.
- (E) LLMs like to use predictable figurative expressions.

18

In the sentence “*Anglo-Saxon words are often punchier*” (5th paragraph), “*punchier*” indicates that these words tend to be more

- (A) complex and obscure.
- (B) powerful and effective.
- (C) mysterious and intricate.
- (D) formal and sophisticated.
- (E) ambiguous and confusing.

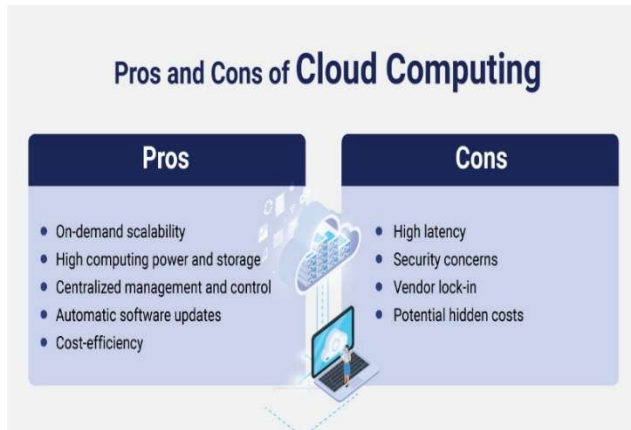
19

The action mentioned in "skip the exclamation marks" (6th paragraph) is semantically equivalent to

- (A) bring in.
- (B) carry on.
- (C) put back.
- (D) leave out.
- (E) move around.

READ TEXT II AND ANSWER NEXT TWO QUESTIONS.

TEXT II



From: https://www.rishabhsoft.com/wp-content/uploads/2024/01/Blog\Pros-and-Cons-of-Cloud-Computing_Image.jpg

20

As regards the pros and cons of cloud computing, analyse the assertions below:

- I. It may adjust resources depending on the needs.
- II. It can reduce spending according to usage.
- III. It is immune to all types of cyberattacks.

Choose the correct answer.

- (A) Only I is correct.
- (B) Both I and II are correct.
- (C) Both I and III are correct.
- (D) Both II and III are correct.
- (E) All three assertions are correct.

21

The term "vendor lock-in" indicates the customer is in a situation that is

- (A) binding.
- (B) negligible.
- (C) forbidden.
- (D) disengaged.
- (E) unrestricted.

READ TEXT III AND ANSWER NEXT THREE QUESTIONS.

TEXT III



"We were looking for a non-hackable, energy efficient data center. Thanks for the file cabinet."

From: https://images.cartoonstock.com/lowres/computers-file_cabinet-file-paperwork-unhackable-security-CS630961_low.jpg

22

The saying that best expresses the point of this cartoon is

- (A) beauty is in the eye of the beholder.
- (B) the new broom sweeps clean.
- (C) every cloud has a silver lining.
- (D) health is wealth.
- (E) old is gold.

23

The phrasal verb "looking for" can be replaced, without significant change of meaning, by

- (A) seeking.
- (B) finding.
- (C) picking.
- (D) acquiring.
- (E) surveying.

24

In the cartoon, the adjective "non-hackable" refers to a system that cannot be

- (A) set up.
- (B) turned off.
- (C) shut down.
- (D) broken into.
- (E) brought back.

Raciocínio lógico-matemático

25

Em determinado período de monitoramento, a equipe responsável por um centro de processamento adotou a regra a seguir.

“Se a taxa de ocupação dos servidores for superior a 80%, então as rotinas não prioritárias serão transferidas para o período noturno.”

Considerando a lógica proposicional, essa regra é logicamente equivalente a

- (A) A taxa de ocupação dos servidores é inferior a 80% ou as rotinas não prioritárias serão transferidas para o período noturno.
- (B) A taxa de ocupação dos servidores é menor ou igual a 80% ou as rotinas não prioritárias serão transferidas para o período noturno.
- (C) A taxa de ocupação dos servidores é menor ou igual a 80% e as rotinas não prioritárias serão transferidas para o período noturno.
- (D) A taxa de ocupação dos servidores é superior a 80% ou as rotinas não prioritárias não serão transferidas para o período noturno.
- (E) Se as rotinas não prioritárias forem transferidas para o período noturno, então a taxa de ocupação dos servidores será superior a 80%.

26

Em relação às alterações processadas por determinada organização, considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- toda alteração classificada como emergencial foi implantada no mesmo dia em que foi autorizada;
- toda alteração implantada no mesmo dia em que foi autorizada foi submetida a uma revisão posterior.

Uma dessas alterações, denominada *Alfa*, não foi submetida a uma revisão posterior.

Com base exclusivamente nessas informações, conclui-se necessariamente que a alteração *Alfa*

- (A) não foi autorizada.
- (B) foi autorizada, mas não foi implantada.
- (C) não foi classificada como emergencial.
- (D) foi implantada em dia posterior ao de sua autorização.
- (E) foi classificada como emergencial, mas não foi implantada no mesmo dia em que foi autorizada.

27

Um sistema utiliza um contador que apresenta inicialmente o número 1. A cada comando executado, o número exibido é substituído por um dos seguintes valores:

- o número exibido acrescido de uma unidade;
- o dobro do número exibido.

O menor número de comandos necessários para que o contador passe a exibir o número 100 é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

28

Um sistema de monitoramento utiliza dois sensores e pode operar em modo de manutenção.

Considere as proposições:

- p : o sensor A detecta uma anomalia;
- q : o sensor B detecta uma anomalia; e
- r : o modo de manutenção está ativado.

O sistema aciona um alerta quando pelo menos um dos sensores detecta uma anomalia e o modo de manutenção não está ativado, ou quando ambos os sensores detectam uma anomalia.

A proposição que representa o acionamento do alerta é

- (A) $[(p \vee q) \wedge \neg r] \vee (p \wedge q)$
- (B) $[(p \wedge q) \wedge \neg r] \vee (p \wedge q)$
- (C) $[(p \vee q) \wedge r] \vee (p \wedge \neg q)$
- (D) $[(p \vee q) \vee \neg r] \vee (p \wedge q)$
- (E) $[(p \vee q) \wedge \neg r] \wedge (p \vee q)$

29

Considere o conjunto não vazio dos equipamentos examinados durante uma conferência patrimonial. Ao término do procedimento, foi apresentada a afirmação a seguir.

“Todos os equipamentos examinados receberam etiqueta patrimonial e tiveram sua localização registrada no inventário.”

Assinale a opção que apresenta a negação lógica dessa afirmação.

- (A) Pelo menos um equipamento examinado recebeu etiqueta patrimonial e teve sua localização registrada no inventário.
- (B) Nenhum equipamento examinado recebeu etiqueta patrimonial nem teve sua localização registrada no inventário.
- (C) Nenhum equipamento examinado recebeu simultaneamente etiqueta patrimonial e teve sua localização registrada no inventário.
- (D) Pelo menos um equipamento examinado não recebeu etiqueta patrimonial e não teve sua localização registrada no inventário.
- (E) Pelo menos um equipamento examinado não recebeu etiqueta patrimonial ou não teve sua localização registrada no inventário.

Atualidades e Inteligência Artificial

30

A expansão dos modelos de inteligência artificial tem impulsionado a construção de data centers de grande porte. Isso tem suscitado conflitos em razão dos impactos socioambientais desses empreendimentos, sobretudo quando instalados em regiões vulneráveis ou próximas a comunidades tradicionais.

Assinale a opção que identifica o impacto ambiental mais diretamente relacionado aos data centers.

- (A) A redução da cobertura vegetal pela instalação de cabos, cuja transmissão exige faixas desmatadas entre o data center e seus usuários.
- (B) O descarte frequente de eletrônicos junto aos resíduos domiciliares, o que sobrecarrega os serviços municipais de coleta urbana.
- (C) A contaminação do solo por fluidos de refrigeração, liberados regularmente durante a transferência de dados entre os equipamentos.
- (D) O aumento das emissões locais de gases pela atividade de processamento, que depende da combustão realizada no interior dos servidores.
- (E) A pressão sobre a disponibilidade de água e energia, demandadas pelo processamento contínuo e por certos sistemas de refrigeração.

31

Em 28 de fevereiro de 2026, os Estados Unidos e Israel iniciaram uma ofensiva militar conjunta contra o Irã. No centro do conflito está o Estreito de Ormuz, passagem marítima utilizada por importantes exportadores de petróleo e gás do Golfo Pérsico e com poucas rotas alternativas.

Assinale a opção que apresenta o impacto imediato dessa situação sobre o comércio internacional de energia.

- (A) O redirecionamento dos navios pelo Canal de Suez, que passou a substituir Ormuz nas rotas comerciais entre o Golfo e a Ásia.
- (B) O deslocamento dos embarques para oleodutos terrestres, preservando o volume de petróleo destinado aos mercados internacionais.
- (C) A retração do tráfego de petroleiros, acompanhada pela elevação dos custos de transporte e das cotações internacionais.
- (D) A concentração dos efeitos nas exportações iranianas, sem alteração relevante nos embarques realizados pelos demais países do Golfo.
- (E) A compensação imediata da oferta pelos demais membros da OPEP, que ampliaram a produção para estabilizar o mercado internacional.

32

Em julho de 2026, o Brasil acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) para contestar as tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Os norte-americanos aceitaram participar da fase de consultas, e a China solicitou ingresso nessa etapa por considerar que também possui interesses comerciais afetados.

Nesse caso, a atuação da OMC pode

- (A) suspender os Estados Unidos da organização até que o governo retire as tarifas questionadas pelo Brasil.
- (B) determinar o pagamento de indenizações às empresas brasileiras afetadas pelas tarifas norte-americanas.
- (C) instaurar um painel para avaliar se as tarifas norte-americanas são compatíveis com os acordos em vigor.
- (D) impor aos produtos norte-americanos tarifas equivalentes às aplicadas pelos Estados Unidos às exportações brasileiras.
- (E) cancelar as tarifas norte-americanas e restabelecer as condições comerciais vigentes antes da decisão do governo.

33

Acerca dos conceitos de Inteligência Artificial (IA), analise as afirmativas a seguir.

- I. As redes neurais artificiais são sistemas computacionais distribuídos compostos de unidades de processamento interconectadas que computam funções matemáticas.
- II. No contexto de IA, o processamento de linguagem natural envolve o desenvolvimento de métodos computacionais para permitir que sistemas reproduzam a habilidade humana de compreender a linguagem falada ou escrita.
- III. O teste de Turing é uma metodologia utilizada para medir a capacidade de processamento numérico e a velocidade de cálculo de um sistema de IA.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

No contexto da Inteligência Artificial (IA), os modelos de linguagem de grande porte (*Large Language Models*) pertencem à categoria dos modelos generativos.

O funcionamento básico desses modelos, com objetivo de geração de textos, fundamenta-se em

- (A) consultar um banco de dados fixo, contendo respostas pré-programadas por um humano que correspondam à entrada recebida.
- (B) limitar-se à correção ortográfica e gramatical de textos já existentes, sendo incapazes de estruturar novas frases ou argumentos de forma autônoma.
- (C) realizar buscas em tempo real em enciclopédias virtuais, para coletar trechos exatos de artigos acadêmicos que correspondam à pergunta do usuário.
- (D) calcular estatisticamente a probabilidade de ocorrência das próximas palavras ou termos em uma sequência, baseando-se nos padrões identificados em seu treinamento.
- (E) executar um escaneamento do disco rígido do computador do usuário, para identificar preferências pessoais e replicar o estilo de escrita do proprietário da máquina.

35

Sobre métodos de Aprendizado de Máquina, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Na aprendizagem bayesiana, as previsões sobre um dado novo são feitas considerando todo o espaço de hipóteses, ponderadas por suas probabilidades.
- () No aprendizado por reforço ativo, o agente deve decidir autonomamente quais ações tomar em cada estado para minimizar sua função de utilidade a longo prazo.
- () No aprendizado profundo, as hipóteses são estruturadas como redes complexas de funções algébricas interconectadas por pesos numéricos ajustáveis.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – V.

Legislação Acerca de Segurança da Informação e Proteção de Dados

36

Uma universidade federal, visando modernizar e dar celeridade ao processo de inscrição de seu novo concurso público, decidiu desenvolver um sistema de inscrição inteligente. O objetivo é que o candidato digite apenas o seu CPF e, a partir de uma integração de banco de dados, o sistema preencha automaticamente informações cadastrais básicas, como nome completo e data de nascimento, oriundas do Cadastro Base do Cidadão (ou da base da Receita Federal).

Considerando as normativas de compartilhamento de dados na Administração Pública, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), assinale a opção que indica corretamente como a universidade deve proceder para ter acesso a esses dados para o seu sistema.

- (A) Deve formular um pedido via Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Receita Federal com base na transparência passiva da LAI, solicitando o envio da base de dados completa dos cidadãos para alimentar o seu sistema local de inscrições.
- (B) Está impedida de realizar essa integração automatizada, pois o cruzamento de dados pessoais (como CPF, nome e data de nascimento) entre órgãos da Administração Pública exige, obrigatoriamente, o consentimento prévio, expresso e inequívoco de cada cidadão titular dos dados, não havendo exceção legal.
- (C) Deve solicitar que o ente gestor do banco de dados publique a relação de CPFs, nomes e datas de nascimento no Portal da Transparência, garantindo a transparência ativa da LAI, para que então o sistema da universidade possa extrair os dados livremente por meio de ferramentas de automação.
- (D) Deve utilizar os mecanismos oficiais de interoperabilidade governamental (ou firmar convênio/acordo de compartilhamento de dados), justificando que o acesso aos dados pessoais é estritamente necessário para o atendimento da finalidade pública e para a execução de suas competências legais, dispensando-se, neste caso, o consentimento do candidato.
- (E) Deve ser concedido, de forma ampla e irrestrita, o acesso ao banco de dados a todos os servidores da universidade, sob a justificativa de que, por serem dados geridos pelo Estado, aplica-se o princípio constitucional da publicidade absoluta sobre qualquer informação não classificada como ultrassecreta.

37

Roberto é Analista de Tecnologia da Informação em um órgão federal e, em razão de seu cargo, possui credenciais legítimas (*login*, senha e *token*) com autorização expressa para acessar, consultar e gerir o banco de dados sigiloso de licitações do órgão. Aproveitando-se de seu acesso regular e cotidiano, Roberto extraiu dados sigilosos de propostas comerciais de empresas concorrentes e os vendeu para uma organização criminosa, visando fraudar um certame.

Considerando estritamente a tipificação do crime de "*Invasão de Dispositivo Informático*" (Art. 154-A do Código Penal), introduzido pela Lei nº 12.737/2012, sobre a conduta de Roberto assinale a afirmativa correta.

- (A) Roberto responderá pelo crime de invasão de dispositivo informático, na sua forma qualificada, pois a lei prevê que o repasse de informações sigilosas a terceiros configura o delito mesmo quando o agente possui credenciais legítimas de acesso.
- (B) A conduta configura o crime de invasão de dispositivo informático apenas se Roberto tiver precisado instalar alguma vulnerabilidade (*vírus* ou *malware*) no sistema para baixar os arquivos; caso contrário, a conduta é atípica no Direito Penal brasileiro.
- (C) Roberto praticou o crime de invasão de dispositivo informático com causa de aumento de pena de um terço à metade, devendo responder por meio de ação penal pública condicionada à representação do Ministério Público, por se tratar de crime cibernético.
- (D) Roberto responderá pelo crime da Lei nº 12.737/2012 porque o crime se consumou no momento em que ele conectou o banco de dados à rede mundial de computadores (*internet*) para extrair as propostas comerciais, configurando a violação de segurança do órgão.
- (E) A conduta de Roberto não configura o crime de invasão de dispositivo informático (Art. 154-A do CP), pois a elementar do tipo penal exige que a ação ocorra "sem autorização expressa ou tácita". Como Roberto possuía acesso legítimo, ele responderá por outros crimes (como violação de sigilo funcional) mas não por este, amparado na Lei nº 12.737/2012.

38

Nos termos do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), a lei estabelece obrigações claras sobre a guarda de dados dos usuários para equilibrar a privacidade e a segurança.

Sobre os deveres de retenção de dados aplicáveis aos diferentes tipos de provedores (conexão e aplicação), assinale a afirmativa correta.

- (A) O provedor de conexão à internet (como as operadoras de telecomunicações) deve manter os registros de conexão, sob sigilo e em ambiente controlado, pelo prazo obrigatório de 6 (seis) meses.
- (B) O provedor de conexão à internet tem o dever de guardar, além dos registros de conexão, o histórico detalhado de navegação do usuário (registros de acesso a aplicações) pelo prazo de 1 (um) ano.
- (C) O provedor de aplicações de internet é proibido de guardar registros de acesso preventivamente, só podendo reter esses dados caso receba uma ordem judicial prévia determinando a guarda.
- (D) O provedor de aplicações de internet (como redes sociais e portais), desde que constituído de forma empresarial e com fins econômicos, deve manter os registros de acesso a aplicações de internet pelo prazo obrigatório de 6 (seis) meses.
- (E) Para facilitar investigações criminais, o Marco Civil da Internet unificou as regras, determinando que tanto provedores de conexão quanto de aplicação guardem todos os registros de uso e conexão pelo prazo comum de 5 (cinco) anos.

39

Um órgão federal está organizando um concurso público para provimento de cargos de nível superior e precisa publicar o resultado preliminar das provas objetivas e a lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD), bem como daqueles que solicitaram atendimento especial por razões de saúde. De forma a garantir a transparência do certame, a Comissão do Concurso planejou publicar na internet uma planilha contendo o nome completo, o número completo do CPF, o relatório médico detalhado e o diagnóstico CID (Classificação Internacional de Doenças) de cada candidato aprovado nessa cota.

O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) do órgão interveio, ressaltando que o diagnóstico de saúde constitui dado pessoal sensível e que a exposição integral de dados de identificação extrapola o limite necessário para a finalidade de controle social do concurso.

Considerando os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), assinale a opção que apresenta a solução correta que o órgão deve adotar para conciliar a transparência do concurso com a proteção de dados dos candidatos:

- (A) A Comissão do Concurso pode manter a publicação integral com laudos e CPFs completos sem qualquer alteração, tendo em vista que a LGPD não se aplica às autarquias federais quando agem no exercício do poder de império e na realização de concursos públicos.
- (B) O órgão deve decretar o sigilo absoluto de todo o resultado da cota de Pessoas com Deficiência, divulgando apenas o resultado geral da ampla concorrência no Portal da Transparência, encaminhando o resultado da cota de forma individual e privada ao e-mail de cada candidato.
- (C) O órgão deve aplicar os princípios da necessidade e da minimização de dados, publicando a lista oficial apenas com informações indispensáveis (como nome/inscrição, CPF parcialmente mascarado e a condição de 'deferido/aprovado' na cota), franqueando o acesso ao laudo médico detalhado estritamente ao próprio candidato e à banca examinadora.
- (D) O órgão deve exigir o consentimento prévio, escrito e inequívoco de todos os candidatos participantes da cota para publicar seus laudos e diagnósticos médicos completos, sob pena de eliminação sumária do concurso caso o candidato se recuse a assinar o termo de autorização.
- (E) O órgão deve promover a anonimização irreversível e definitiva de todos os dados dos candidatos na lista pública e no sistema interno do concurso, de modo que nem mesmo a comissão examinadora consiga vincular a nota do exame ao indivíduo titular.

40

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, (Lei nº 13.709/2018), no que diz respeito à segurança e às boas práticas, à fiscalização e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), analise as afirmativas a seguir.

- I. Os controladores e operadores podem formular regras de boas práticas e de governança relacionadas ao tratamento de dados pessoais.
- II. Compete à ANPD, entre outras atribuições previstas na LGPD, zelar pela proteção dos dados pessoais, fiscalizar e aplicar sanções nos casos de tratamento realizado em descumprimento à legislação e promover o conhecimento sobre proteção de dados pessoais e privacidade.
- III. Na aplicação das sanções administrativas, a ANPD considera a gravidade da infração e o dano causado, desconsiderando a adoção de mecanismos internos de prevenção e de medidas corretivas pelo infrator.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

41

Foi submetido a um advogado da DATAPREV a situação a seguir.

A Emenda Constitucional nº X (ECX) veiculou um direito fundamental de segunda dimensão em norma de natureza programática, norma esta que versa sobre a temática submetida à apreciação do referido advogado no Processo Administrativo Y, o que exigia um posicionamento em relação aos efeitos que seriam produzidos.

Ao analisar o caso, o advogado da DATAPREV concluiu corretamente que a ECX

- (A) carece de regulamentação pela legislação infraconstitucional para que produza algum efeito.
- (B) tem eficácia plena e aplicabilidade imediata, na medida em que consagra direito fundamental.
- (C) pode ser considerada no caso concreto, mas apenas em conjunto com outra norma constitucional.
- (D) influi na interpretação das demais normas constitucionais e na recepção da legislação preexistente, independentemente de regulamentação.
- (E) produz a plenitude dos seus efeitos, independentemente de regulamentação, pois tem por objeto direito fundamental de segunda dimensão.

42

A DATAPREV foi intimada pelo Juízo da Vara do Trabalho X, do Estado *Alfa*, para que efetuasse o depósito, em juízo, dos valores correspondentes à condenação em prol de um ex-empregado público, sob pena de bloqueio das disponibilidades financeiras encontradas em conta corrente.

O advogado da DATAPREV, ao analisar o teor da intimação, concluiu corretamente que ela está

- (A) errada, pois todos os entes da administração pública indireta estão sujeitos à sistemática de precatórios.
- (B) errada, pois sociedades de economia mista e empresas públicas sempre estão sujeitas à sistemática de precatórios.
- (C) errada, considerando a natureza jurídica da DATAPREV e o fato de prestar serviço público em regime não concorrencial e sem finalidade lucrativa.
- (D) certa, pois o empregado público é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que é incompatível com o sistema publicista dos precatórios.
- (E) certa, pois a DATAPREV, em razão da atividade explorada, não pode receber tratamento diferenciado em relação às demais empresas privadas.

43

Em determinado Mandado de Segurança, processado e julgado originariamente pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da Região X, a ordem foi denegada sob o argumento de que a Lei federal nº Y/1981 foi recepcionada pela Constituição de 1988 e que uma interpretação conforme não amparava a tese do impetrante. O impetrante ficou irredimido com o teor do acórdão.

Na situação descrita, é correto afirmar que é cabível

- (A) Reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Recurso Especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Recurso Ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Mandado de Segurança, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) Recurso de Fundamentação Vinculada, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

44

Foi apresentada proposta, no âmbito do governo federal, na qual se sugeriu o encaminhamento de projeto de lei, pelo Chefe do Poder Executivo, visando à consolidação das ações governamentais na área de assistência social.

A proposta, a ser reproduzida no projeto, tinha três diretrizes estruturais:

- I. utilização de recursos da seguridade social;
- II. centralização político-administrativa; e
- III. vedação de vinculação, pelos estados e pelo Distrito Federal, de percentual da receita tributária líquida a programas de promoção social.

Um grupo de trabalho constituído especialmente para esse fim analisou a proposta e concluiu, corretamente, em relação à conformidade constitucional das três diretrizes, que

- (A) apenas a diretriz I é constitucional.
- (B) apenas as diretrizes I e II são constitucionais.
- (C) apenas as diretrizes I e III são constitucionais.
- (D) apenas as diretrizes II e III são constitucionais.
- (E) todas são constitucionais.

45

Maria, empregada pública com décadas de atuação na DATAPREV, cumpriu os requisitos de idade e tempo de contribuição exigidos para a aposentadoria voluntária, sendo o benefício previdenciário devidamente requerido e deferido pela estrutura de poder competente.

Na situação descrita, em relação à atuação do Tribunal de Contas da União, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve apreciar, para fins de registro, a legalidade do ato de aposentação.
- (B) Não deve apreciar, para fins de registro, o ato de aposentação.
- (C) Somente deve apreciar, para fins de registro, o ato de aposentação, caso haja requerimento de qualquer cidadão.
- (D) Deve concorrer para o aperfeiçoamento do ato de aposentação, sendo sua decisão condição de eficácia do ato.
- (E) Deve apreciar, para fins de registro, o ato de aposentação, caso Maria tenha ocupado cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da DATAPREV.

46

Acerca do princípio da supremacia do interesse público, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio é inerente ao regime jurídico-administrativo, aplicando-se exclusivamente às relações jurídicas submetidas integralmente ao Direito Público.
- (B) A identificação do interesse público decorre, em regra, da vontade predominante da coletividade, entendida, portanto, como a expressão dos interesses da maioria.
- (C) O princípio autoriza a prevalência dos interesses estatais sobre os interesses particulares, sempre que a medida adotada seja vantajosa para a Administração Pública.
- (D) O princípio autoriza a restrição de direitos individuais quando houver fundamento legal e conflito com interesse público, sendo dispensável, nessas hipóteses, a demonstração concreta das razões que justificam a medida adotada.
- (E) O princípio consagra a prevalência dos interesses públicos juridicamente reconhecidos sobre os interesses particulares, sem conferir à Administração Pública ou a seus agentes liberdade para definir, criar ou modificar o conteúdo do interesse público segundo critérios de conveniência subjetiva.

47

Um servidor público estadual, durante o intervalo destinado ao almoço, ausentou-se das dependências do órgão em que exercia suas funções para resolver questões relacionadas à matrícula de seu filho em uma instituição de ensino.

Enquanto conduzia seu veículo particular em via pública, desrespeitou a sinalização de trânsito e atropelou um pedestre, causando-lhe lesões corporais. A vítima ajuizou ação indenizatória em face do Estado, sustentando que o causador do dano era agente público em horário de almoço.

Sobre a ação indenizatória apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado responde objetivamente pelos danos causados, pois o servidor encontrava-se dentro do horário regular de expediente quando ocorreu o acidente.
- (B) O Estado responde de forma subsidiária, cabendo-lhe indenizar a vítima caso o servidor não possua patrimônio suficiente para reparar integralmente os danos causados.
- (C) O Estado não responde pelos danos causados, pois, embora o causador fosse agente público, a conduta lesiva não foi praticada no exercício da função pública nem em razão dela.
- (D) O Estado responde objetivamente, uma vez que a condição de agente público do causador do dano é suficiente para atrair a responsabilidade estatal, independentemente das circunstâncias da conduta.
- (E) O Estado responde objetivamente, pois o dano foi causado por agente público durante período em que este permanecia funcionalmente vinculado à Administração, sendo irrelevante a finalidade particular do deslocamento.

48

Uma empresa pública pretende contratar diretamente determinada sociedade empresária para o fornecimento de equipamento destinado à modernização de sua infraestrutura. A área técnica justificou a contratação direta sob o fundamento de que a sociedade empresária indicada é a única representante, no território nacional, da fabricante estrangeira do equipamento pretendido. Para instruir o processo, foi apresentada declaração emitida pela própria fabricante informando que a sociedade empresária é sua representante autorizada no Brasil.

Durante a instrução, contudo, verificou-se que o equipamento pretendido é produzido segundo especificações técnicas disponíveis no mercado e que a fabricante mantém outros distribuidores independentes no país, embora apenas a sociedade empresária indicada possua autorização para comercializar a marca diretamente. A área técnica sustentou que a preferência pela marca e a autorização formal da fabricante seriam suficientes para caracterizar a inviabilidade de competição.

A respeito da contratação direta, assinale a afirmativa correta.

- (A) É legítima, pois a representação exclusiva da fabricante no Brasil é suficiente para caracterizar a inviabilidade de competição.
- (B) É legítima, pois a justificativa técnica para a escolha da marca torna dispensável a demonstração de inviabilidade de competição.
- (C) É legítima, desde que a Administração demonstre que a aquisição por meio de representante autorizado oferece condições comerciais mais vantajosas.
- (D) Não se justifica, pois as empresas públicas estão obrigadas a realizar licitação para suas contratações, não lhes sendo aplicáveis as hipóteses de inexigibilidade.
- (E) Não se justifica pela mera existência de representante autorizado da fabricante, pois a inviabilidade de competição exige demonstração de exclusividade efetiva quanto ao fornecimento do objeto pretendido.

49

O Estado pretende instituir uma sociedade de economia mista para atuar em determinada atividade de interesse coletivo. Durante a elaboração dos atos necessários à sua instituição, surgiram dúvidas quanto à necessidade de autorização legislativa, à vinculação da entidade às finalidades que justificaram sua criação e à possibilidade de sua extinção.

Considerando o regime jurídico aplicável às sociedades de economia mista, assinale a afirmativa correta.

- (A) É autorizada por lei específica, sendo sua constituição efetivada posteriormente mediante os atos próprios da sociedade, devendo a entidade observar as finalidades que justificaram sua instituição e dependendo sua extinção de autorização legislativa.
- (B) É criada diretamente por lei específica, que lhe confere personalidade jurídica e define sua finalidade, sendo dispensável a posterior adoção de atos constitutivos próprios.
- (C) Pode ser instituída por ato do Poder Executivo, desde que posteriormente submetida à apreciação do Poder Legislativo, pois a autorização legislativa não precisa ser prévia.
- (D) Não está vinculada às finalidades estabelecidas na lei que autorizou sua instituição, por possuir personalidade jurídica de direito privado, podendo alterar livremente seu objeto social por decisão de seus órgãos societários.
- (E) Pode ser extinta por deliberação de seus acionistas, independentemente de autorização legislativa, uma vez que sua personalidade jurídica é regida pelo direito privado.

50

Acerca do silêncio administrativo e de sua disciplina no Direito Administrativo brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. Como regra, o silêncio administrativo não configura ato administrativo, pois não há exteriorização de manifestação de vontade da Administração apta a produzir comandos jurídicos.
- II. Na ausência de disposição legal que atribua efeito específico ao silêncio administrativo, a inércia da Administração após o decurso de prazo legal para decidir pode caracterizar ilegalidade ou abuso de poder, admitindo controle jurisdicional por instrumentos adequados.
- III. Inexistindo prazo legal para decisão administrativa, o particular permanece desprovido de tutela jurisdicional, uma vez que o silêncio administrativo somente pode ser questionado judicialmente após descumprimento de prazo expressamente previsto em lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51

Delta Tecnologia Ltda. possui três sócios e é administrada exclusivamente por Mauro, que não integra seu quadro societário. Ao celebrar contrato em nome da sociedade, Mauro empregou a denominação "*Delta Tecnologia*", omitindo tanto a palavra "*limitada*" quanto sua abreviatura.

Por sua vez, outra sociedade adotou a denominação "*Helena Duarte S.A.*", sem indicação do objeto social. Helena nunca foi acionista, mas contribuiu decisivamente para o bom êxito da formação da sociedade empresária e autorizou a utilização de seu nome.

O departamento jurídico foi consultado sobre os efeitos da omissão praticada por Mauro e sobre a regularidade da denominação da companhia.

Nesse contexto, considerando a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A omissão responsabiliza solidária e ilimitadamente Mauro; a denominação da companhia é regular, mesmo sem referência ao objeto social.
- (B) A omissão responsabiliza ilimitadamente os sócios da limitada; a denominação da companhia é regular, embora Helena não integre seu quadro acionário.
- (C) A omissão responsabiliza solidária e ilimitadamente Mauro; a denominação da companhia é irregular, pois o nome de pessoa exige sua condição de acionista.
- (D) A omissão exige correção do nome, sem ampliar a responsabilidade de Mauro; a denominação da companhia é irregular por não indicar o objeto social.
- (E) A omissão exige correção do nome, sem ampliar a responsabilidade de Mauro; a denominação da companhia é regular pela contribuição de Helena à sua formação.

52

Helena adquiriu da concessionária *Horizonte* um automóvel novo para uso particular.

No contrato de adesão, convencionou-se, em separado e mediante sua manifestação expressa, prazo de sessenta dias para o saneamento de eventuais vícios. Cinco meses após a entrega, manifestou-se vício oculto de fabricação. Laudo técnico, reconhecido pela concessionária, concluiu que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes comprometidas, embora restabelecesse o funcionamento do veículo, reduziria seu valor de mercado. O problema não decorreu de desgaste normal, acidente ou uso inadequado.

Vinte dias após a manifestação do vício, Helena reclamou comprovadamente à concessionária e exigiu a restituição imediata do preço, mediante devolução do automóvel. A fornecedora recusou o pedido, alegando que havia transcorrido mais de noventa dias da entrega e que, de todo modo, teria direito ao prazo contratual para reparo.

Sobre o caso apresentado, à luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido é tempestivo, e Helena pode exigir a restituição imediata, pois a substituição das partes viciadas reduziria o valor do veículo.
- (B) O pedido é intempestivo, pois o prazo para reclamar de vício em produto durável começa na entrega, ainda que o problema se manifeste posteriormente.
- (C) O pedido é tempestivo, mas a restituição depende do transcurso de sessenta dias, pois a ampliação do prazo foi expressamente convencionada em separado.
- (D) O pedido é intempestivo, pois o prazo de sessenta dias convencionado para saneamento também limita o período para reclamar de vícios, contado da entrega.
- (E) O pedido é tempestivo, mas a possibilidade de restabelecer o funcionamento limita Helena ao abatimento do preço correspondente à desvalorização decorrente do reparo.

53

Aurora Tecnologia S.A., sociedade de economia mista estadual de capital fechado, possui cláusula estatutária que prevê arbitragem para divergências sobre direitos patrimoniais disponíveis entre acionistas controladores e minoritários.

Durante a revisão das práticas de governança, a diretoria propôs que a política de transações com partes relacionadas fosse revista apenas quando identificadas alterações relevantes nas operações da companhia. Propôs, ainda, que a publicação de cada nova carta anual de governança corporativa fosse acompanhada da retirada da versão anterior do acesso público na internet, mantendo-a em arquivo interno.

Um acionista minoritário questionou ambas as propostas e sustentou que a participação estatal no controle também impediria a utilização da arbitragem prevista no estatuto.

Sobre o caso apresentado, considerando o disposto na Lei nº 13.303/2016, assinale a afirmativa correta.

- (A) A política exige revisão ao menos anual, mas a nova carta permite retirar a anterior da internet; a arbitragem é inadmitida nos termos da lei.
- (B) A política pode ser revista conforme alterações relevantes, e a nova carta permite retirar a anterior da internet; a arbitragem depende de registro da companhia na CVM.
- (C) A política exige revisão ao menos anual, e as cartas devem permanecer disponíveis na internet; o controle estatal, contudo, impede a arbitragem entre os acionistas.
- (D) A política exige revisão ao menos anual, e as cartas devem permanecer disponíveis na internet; a arbitragem é admitida para a controvérsia descrita, nos termos do estatuto.
- (E) A política pode ser revista conforme alterações relevantes determinadas pelo Governador do Estado, mas as cartas devem permanecer disponíveis na internet; a arbitragem é admitida nos termos do estatuto.

54

A sociedade empresária *Alfa Componentes Ltda.* vendeu para *Horizonte Equipamentos S.A.* um lote de componentes industriais, com entrega prevista para oito meses depois. A compradora pagou integralmente o preço na celebração do contrato.

Antes da entrega, acontecimento extraordinário e imprevisível, estranho aos riscos ordinários do negócio, elevou drasticamente o custo de produção. A prova técnica demonstrou que o cumprimento permanecia possível, mas se tornara excessivamente oneroso para *Alfa*, com extrema vantagem para *Horizonte*.

Alfa ajuizou ação de resolução contratual. Citada, *Horizonte* ofereceu complementação do preço em montante que, conforme a prova produzida, restabeleceria equitativamente as condições do contrato.

Alfa rejeitou a proposta, sustentando que o ajuizamento da ação lhe assegurava o direito de extinguir o vínculo. Alegou, ainda, que o pagamento antecipado tornara o contrato unilateral, por restar apenas sua obrigação de entregar os componentes.

Nesse contexto, considerando o disposto no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A resolução deve ser decretada diante da recusa da autora, pois a modificação equitativa depende de sua concordância após o ajuizamento.
- (B) A resolução é incabível enquanto o cumprimento permanecer possível, pois a elevação do custo somente autoriza a alteração do modo de execução.
- (C) A resolução pode ser evitada pela oferta de modificação equitativa, pois o pagamento antecipado não transforma o contrato bilateral em unilateral.
- (D) A resolução, se decretada, retroage ao acontecimento extraordinário, pois esse é o momento em que surge o desequilíbrio entre as prestações.
- (E) A resolução deve ceder à redução da prestação pelo regime dos contratos unilaterais, pois o pagamento extinguiu a reciprocidade originária das obrigações.

55

Mariana ajuizou ação de procedimento comum em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da DATAPREV perante Vara Federal, pleiteando a retificação de vínculos constantes de seu Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e a concessão de benefício previdenciário.

Ao deferir a tutela provisória de urgência requerida pela autora, o Juízo determinou ao INSS a análise e a atualização cadastral pertinente e, à DATAPREV, que disponibilizasse, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os dados técnicos e registros eletrônicos sob sua guarda necessários ao processamento da ordem, sob pena de multa diária (astreintes) de R\$ 1.000,00 (mil reais).

A DATAPREV foi formalmente intimada da decisão interlocutória e submeteu o caso à sua assessoria jurídica para orientar a atuação processual.

À luz da disciplina das tutelas provisórias e dos meios de coerção no Código de Processo Civil, bem como da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fixação de astreintes contra empresa pública é nula de pleno direito, cabendo apenas a responsabilização pessoal do agente público responsável pelo cumprimento da ordem judicial.
- (B) A decisão que defere tutela provisória de urgência é irrecurível de imediato, desafiando impugnação apenas em preliminar de futuro e eventual recurso de apelação.
- (C) A multa diária, uma vez fixada, torna-se imutável por força da preclusão, quanto às parcelas vencidas e vincendas, sendo vedada posterior alteração de seu valor ou periodicidade.
- (D) A imposição de multa diária contra empresa pública para compelir ao cumprimento de tutela provisória é lícita, podendo o Juiz, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda caso ela se revele insuficiente ou excessiva.
- (E) As restrições legais à concessão de tutela provisória contra o Poder Público estabelecem proibição absoluta de tutela antecipada em matéria previdenciária, impedindo, em qualquer hipótese, a imposição de obrigação de fazer em caráter liminar.

56

Em fase de cumprimento definitivo de sentença condenatória por perdas e danos transitada em julgado em face de empresa pública, a exequente apresentou memória de cálculo cobrando o montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Intimada nos termos do Art. 523 do CPC para efetuar o pagamento voluntário, a empresa pública executada deixou transcorrer o prazo de 15 (quinze) dias sem adimplir a obrigação.

Tempestivamente, no prazo previsto no Art. 525 do CPC, a empresa pública apresentou impugnação ao cumprimento de sentença fundamentada unicamente em excesso de execução, sustentando que a exequente utilizou índice de correção monetária diverso do previsto no título e computou juros de mora em duplicidade.

Contudo, a executada não declarou na petição o valor que reputava correto nem apresentou demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.

Diante do vício verificado na petição de impugnação, o Magistrado deve

- (A) converter a impugnação em embargos à execução, aplicando-se as regras do processo autônomo de execução por quantia certa.
- (B) declarar a iliquidez superveniente do título executivo e intimar a exequente para instaurar fase de liquidação da sentença.
- (C) determinar a intimação da executada para juntar a memória discriminada de cálculo no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da impugnação.
- (D) rejeitar liminarmente a impugnação ao cumprimento de sentença, sem abertura de prazo para que a executada emende a petição de impugnação.
- (E) conceder efeito suspensivo automático à impugnação e determinar a remessa obrigatória dos autos à contadoria judicial para apuração do valor devido.

57

Em demanda ajuizada por titular de dados pessoais contra a DATAPREV, o autor requereu indenização por danos morais, alegando que determinado portal governamental permaneceu indisponível durante um final de semana, em razão de manutenção preventiva previamente comunicada nos canais oficiais, o que teria postergado em 48 (quarenta e oito) horas o envio de requerimento administrativo.

O respectivo Tribunal Regional Federal competente manteve a condenação da empresa pública por danos morais, amparando o acórdão essencialmente em precedente qualificado do Superior Tribunal de Justiça, firmado em recurso especial repetitivo a respeito da responsabilidade objetiva de instituições financeiras por fraudes praticadas por terceiros em ambiente eletrônico.

A DATAPREV opôs embargos de declaração, demonstrando de forma pormenorizada a existência de distinção entre a indisponibilidade temporária decorrente de manutenção técnica programada e as fraudes de terceiros examinadas no precedente. Todavia, a Turma julgadora rejeitou os embargos, valendo-se de fundamentação genérica, afirmando apenas que o *precedente repetitivo* “*aplica-se a todo e qualquer evento danoso originado no ambiente digital*”.

Considerando a sistemática de precedentes obrigatórios, o dever de fundamentação analítica e o sistema recursal do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A decisão colegiada é formalmente hígida, pois a simples indicação do precedente repetitivo basta para atender ao dever constitucional de fundamentação.
- (B) O reconhecimento de *distinguishing* pelo Tribunal de origem implica a automática superação da tese vinculante, que deixa de produzir efeitos no âmbito regional.
- (C) Após o esgotamento das instâncias ordinárias, a parte pode ajuizar reclamação ao STJ para garantir a observância do entendimento firmado no recurso especial repetitivo.
- (D) A alegação de *distinguishing* somente pode ser apreciada se precedida da instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, que constitui requisito de admissibilidade da insurgência.
- (E) O acórdão padece de vício de fundamentação, pois o órgão julgador deve demonstrar a aderência entre os fundamentos determinantes do precedente e o caso concreto, bem como enfrentar a distinção relevantemente suscitada pela parte.

58

Em ação ajuizada contra a DATAPREV, a parte autora formulou dois pedidos cumulados: o primeiro, destinado à obtenção de determinada informação constante de banco de dados administrado pela empresa pública; o segundo, de condenação ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes da alegada indisponibilidade indevida dessa informação.

Após a apresentação da contestação, o Juízo verificou que o primeiro pedido se encontrava incontroverso e em condições de imediato julgamento, enquanto o pedido indenizatório ainda dependia da produção de prova pericial. Diante disso, proferiu decisão julgando procedente apenas o primeiro pedido e determinou o prosseguimento do processo quanto à pretensão indenizatória.

A respeito da decisão proferida, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pronunciamento possui natureza de sentença parcial, sendo impugnável por apelação.
- (B) O julgamento parcial do mérito somente é admissível quando houver concordância expressa de ambas as partes.
- (C) A decisão que julga parcialmente o mérito sem encerrar a fase de conhecimento é impugnável por agravo de instrumento.
- (D) A decisão que resolve parcialmente o mérito é irrecurável de imediato, devendo eventual insurgência ser suscitada em preliminar de apelação após a sentença final.
- (E) O julgamento parcial do mérito é vedado quando os pedidos cumulados possuírem naturezas distintas, devendo o Magistrado aguardar o encerramento integral da instrução.

59

Maria de Fátima foi aprovada em concurso público e contratada em 2020 como analista em uma empresa pública federal.

Maria de Fátima cumpria jornada presencial de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas, com intervalo de 1 hora para refeição. Em 2025 a empresa fez uma experiência e alterou, provisória e precariamente, o regime de trabalho de Maria de Fátima para o telepresencial, mediante aditivo contratual. Ocorre que a experiência se revelou prejudicial ao serviço, e, 4 meses depois, a empresa contactou Maria de Fátima para que ela retornasse ao sistema presencial, enviando-lhe novo aditivo contratual.

De acordo com a norma de regência, em relação ao teletrabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A empregada deve se submeter à alteração, mas faz jus a uma indenização de 1 mês de trabalho.
- (B) Maria de Fátima poderá rejeitar a alteração de regime se preferir trabalhar de sua residência.
- (C) A alteração poderá ser realizada, desde que garantido prazo de transição mínimo de quinze dias.
- (D) A alteração poderá ser promovida pelo empregador, desde que garantido o prazo de 5 dias para a transição.
- (E) A CLT admite a alteração desejada pelo empregador, desde que homologada perante o sindicato de classe da empregada.

60

Em duas reclamações trabalhistas distintas que se encontram na fase de execução, os executados apresentaram exceção de pré-executividade para que fosse reconhecida a prescrição intercorrente.

Em uma das causas, a exceção foi acolhida e na outra, rejeitada, em decisões devidamente fundamentadas.

Considerando esses fatos, a norma de regência e o entendimento consolidado do TST, em relação ao cabimento de eventual recurso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em nenhum dos casos será cabível a interposição do recurso de agravo de petição.
- (B) Em ambos os casos será cabível interpor, de imediato, o recurso de agravo de petição contra a decisão.
- (C) Será cabível interpor recurso ordinário, de imediato, em relação à decisão na qual a exceção foi rejeitada.
- (D) Será cabível interpor recurso de agravo de petição, de imediato, em relação à decisão na qual a exceção foi acolhida.
- (E) Será cabível interpor recurso de agravo de petição, de imediato, em relação à decisão na qual a exceção foi rejeitada.

61

A sociedade empresária *ABCD Comércio Ltda.* transferiu, em março de 2024, a totalidade de seu estabelecimento empresarial para a sociedade empresária *Beta Distribuidora Ltda.*, que passou a desempenhar, no mesmo endereço e sob denominação social diversa, a mesma atividade econômica anteriormente exercida pela alienante.

Na ocasião da transferência, já existiam débitos tributários referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relacionados a fatos geradores ocorridos até a data da operação, embora ainda não definitivamente constituídos.

Após quatro meses da alienação, a sociedade *ABCD*, que havia encerrado suas atividades no estabelecimento vendido, iniciou novo empreendimento em endereço distinto, atuando em segmento diverso, voltado à prestação de serviços de consultoria. O instrumento contratual de alienação do estabelecimento para *Beta Ltda.* não continha disposição, atribuindo à adquirente a responsabilidade pelos passivos tributários da alienante.

Considerando as regras do ordenamento jurídico sobre responsabilidade tributária por sucessão, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sociedade *ABCD* permanece como única devedora dos tributos relativos a fatos geradores anteriores à alienação, pois a sucessão tributária depende de estipulação expressa em contrato entre alienante e adquirente, ausente no caso.
- (B) A sociedade *Beta* não responde por quaisquer tributos relativos a fatos geradores anteriores à alienação, pois a responsabilidade por sucessão empresarial somente se aplica quando o adquirente mantém a mesma razão social da alienante.
- (C) A sociedade *Beta* responde integralmente pelos tributos devidos até a data da alienação, pois a sociedade *ABCD* cessou a exploração da atividade no estabelecimento alienado, sendo irrelevante o que ocorreu posteriormente, em outro ramo de atividade.
- (D) A sociedade *Beta* responde subsidiariamente com a sociedade *ABCD* pelos tributos devidos até a data da alienação, pois esta, embora tenha cessado a exploração no estabelecimento alienado, iniciou nova atividade, em ramo diverso, dentro do prazo de seis meses contado da alienação.
- (E) A sociedade *Beta* e a sociedade *ABCD* respondem solidariamente, sem benefício de ordem, pelos tributos devidos até a data da alienação, por se tratar da regra geral aplicável a toda sucessão empresarial, independentemente do prazo de retomada de atividade pelo alienante.

62

A sociedade empresária *Delta Comércio de Bebidas Ltda.*, na condição de substituída tributária, adquiriu mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária progressiva de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-ST), com o imposto retido e recolhido antecipadamente pelo distribuidor (substituto tributário), com base em valor presumido de venda ao consumidor final, fixado por pauta fiscal estadual.

Em razão de liquidação de estoque, a sociedade empresária *Delta* revendeu parte das mercadorias por valor efetivamente inferior à base de cálculo presumida utilizada no recolhimento antecipado. A sociedade empresária pretende obter a restituição da diferença entre o ICMS-ST recolhido com base no valor presumido e o efetivamente devido, considerando o valor real da operação de saída.

Sobre a pretensão da sociedade *Delta*, diante do ordenamento jurídico e do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) É devida a restituição, porém exclusivamente pela via judicial, mediante ação de repetição de indébito, sendo vedado ao contribuinte pleiteá-la administrativamente perante o fisco estadual.
- (B) É devida a restituição, pois, no regime de substituição tributária para frente, o contribuinte tem direito à devolução do ICMS recolhido a maior quando a base de cálculo efetiva for inferior à presumida.
- (C) Não é devida a restituição, pois o regime de substituição tributária progressiva é definitivo, cabendo devolução apenas se não realizado o fato gerador presumido, o que não ocorreu, pois houve efetiva venda.
- (D) Não é devida a restituição ao substituído, pois, tratando-se de imposto plurifásico recolhido por substituição, apenas o consumidor final, que suporta o encargo econômico na cadeia, teria legitimidade para pleiteá-la.
- (E) É devida a restituição, mas apenas ao substituto tributário que recolheu o imposto antecipadamente, por ser o único sujeito passivo da relação jurídico-tributária do ICMS-ST, sendo o substituído parte ilegítima para requerê-la.

63

ÍpsilonTecnologia Ltda. foi identificada em nota publicada pelo veículo de comunicação *Pórtico Notícias*, simultaneamente em sua página eletrônica e em seu perfil oficial em rede social.

A nota atribuiu, incorretamente, a comercialização irregular de dados de clientes à sociedade, atingindo sua reputação comercial. Na seção de comentários da página eletrônica, usuários publicaram manifestações ofensivas sobre o mesmo episódio, sem que fossem incorporadas à nota pelo veículo.

No quadragésimo dia após a publicação, o veículo recebeu, por correspondência com aviso de recebimento, pedido formulado pelo representante legal da sociedade para publicação de resposta à nota, nos dois canais, e aos comentários dos usuários.

O veículo divulgou espontaneamente retratação nos mesmos canais, com destaque, publicidade e dimensão equivalentes aos da publicação original, mas recusou o pedido de resposta.

Sobre o caso apresentado, com base na Lei nº 13.188/2015 e na orientação do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido abrange a nota nos dois canais, apesar da retratação espontânea, mas não os comentários dos usuários, excluídos da definição legal de matéria.
- (B) O pedido abrange a nota e os comentários dos usuários, pois a manutenção dessas manifestações em espaço administrado pelo veículo as incorpora à matéria divulgada.
- (C) O pedido fica prejudicado pela retratação espontânea nos dois canais, pois a equivalência entre sua divulgação e a publicação original satisfaz o direito de resposta.
- (D) O pedido abrange apenas a nota publicada na página eletrônica, pois sua reprodução no perfil oficial em rede social se submete exclusivamente às regras da plataforma.
- (E) O pedido depende da comprovação de prejuízo patrimonial, pois a ofensa à reputação da pessoa jurídica somente autoriza resposta quando demonstrada sua repercussão econômica.

64

Aires, visitante nas instalações de uma determinada empresa pública federal, aproveitou a ausência momentânea dos empregados para acessar, sem autorização, um computador de uso exclusivo da empresa. O equipamento estava desbloqueado e temporariamente desconectado da rede.

Aires, com o propósito de obter comunicações internas de acesso restrito, abriu o aplicativo de correio eletrônico e copiou mensagens privadas da empresa, armazenadas localmente, para um dispositivo portátil. Posteriormente, transmitiu esse conteúdo gratuitamente a terceiros, em redes sociais, sem autorização da empresa. A apuração não identificou prejuízo econômico decorrente da invasão.

Nesse contexto, considerando os artigos 154-A e 154-B do Código Penal, introduzidos pela Lei nº 12.737/2012, em sua redação vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência de violação de mecanismo de segurança afasta o crime de invasão, embora a transmissão das mensagens possa configurar outro ilícito.
- (B) A invasão é qualificada e a transmissão gratuita aumenta a pena, sendo dispensada a representação por ter sido o crime cometido contra empresa pública.
- (C) A obtenção das mensagens configura invasão qualificada, mas a transmissão gratuita não autoriza o aumento de pena previsto para o repasse do conteúdo.
- (D) A invasão é qualificada e a transmissão aumenta a pena, mas a persecução depende de representação, dada a personalidade jurídica de direito privado da empresa.
- (E) A ausência de prejuízo econômico determina o enquadramento na modalidade simples, embora a transmissão das mensagens importe no aumento da pena-base.

65

Theta Soluções Digitais Ltda. e *Ômicron Equipamentos Ltda.* celebraram contrato de prestação de serviços, não sujeito a forma especial, por meio de plataforma eletrônica privada.

As partes convencionaram expressamente a utilização de certificados digitais não emitidos pela ICP-Brasil, reconhecendo o procedimento como válido para comprovar a autoria e a integridade do documento. Após divergência sobre o cumprimento das obrigações, *Ômicron* recusou a utilização do contrato eletrônico contra si, exclusivamente pela ausência de certificação ICP-Brasil. Não contestou a autoria das assinaturas, a integridade do documento nem a aceitação anterior do procedimento.

Sobre o caso narrado, à luz da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A recusa não procede, pois a lei admite outros meios de comprovação de autoria e integridade quando reconhecidos pelas partes como válidos.
- (B) A recusa procede, porque a comprovação de autoria e integridade por certificação externa à ICP-Brasil depende de ratificação do contrato em suporte físico.
- (C) A recusa não procede, já que a aceitação contratual atribui ao certificado externo os mesmos efeitos legais específicos da certificação disponibilizada pela ICP-Brasil.
- (D) A recusa procede, porque a utilização do certificado externo depende de renovação da aceitação quando o documento é apresentado contra um dos signatários.
- (E) A recusa procede, porque a aceitação contratual do certificado externo somente produz efeitos probatórios quando acompanhada do reconhecimento notarial das assinaturas.

66

Orbe Calçados Corp., sediada em país signatário da Convenção da União de Paris, utiliza a marca nominativa PLUMA ZÊNORA para identificar calçados esportivos, sinal notoriamente conhecido no Brasil nesse segmento, embora não depositado nem registrado no País.

A sociedade brasileira *Prisma Ltda.* requereu ao INPI o registro da marca nominativa PLUMA DRAUVIK, para os mesmos produtos.

Orbe apresentou oposição e comprovou, no prazo legal, o depósito de sua marca no Brasil, sustentando que o reconhecimento alcançado pelo sinal lhe assegura exclusividade sobre o vocábulo PLUMA. Apurou-se que esse vocábulo é empregado correntemente no segmento para sugerir leveza, que o reconhecimento invocado recai sobre a expressão PLUMA ZÊNORA em seu conjunto e que o público consumidor do segmento distingue os dois conjuntos, sem lhes atribuir origem comum ou vinculada.

Sobre o caso apresentado, com base na Lei nº 9.279/1996 e na orientação do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) A oposição deve ser rejeitada, pois a tutela do sinal depende de anterioridade registral no Brasil, requisito que o depósito posterior de PLUMA ZÊNORA não satisfaz.
- (B) A oposição deve ser rejeitada, pois o reconhecimento de PLUMA ZÊNORA no segmento não configura alto renome, único regime apto a impedir o registro.
- (C) A oposição deve ser acolhida, pois o emprego corrente de PLUMA no segmento retira de PLUMA DRAUVIK a distintividade exigida para o registro do sinal.
- (D) A oposição deve ser rejeitada, pois a proteção de PLUMA ZÊNORA não confere exclusividade sobre o vocábulo de uso corrente, admitida a coexistência dos conjuntos.
- (E) A oposição deve ser acolhida, pois o reconhecimento de PLUMA ZÊNORA estende a proteção aos seus elementos isolados, bastando a reprodução de PLUMA em produtos idênticos.

67

Vértice Equipamentos Ltda. depositou no INPI, na mesma data e sem reivindicação de prioridade, dois pedidos: um de patente de invenção para um processo de limpeza industrial e outro de patente de modelo de utilidade para uma disposição de componentes de um pulverizador que proporciona melhoria funcional.

Durante o exame, identificou-se pedido de patente de terceiro, depositado anteriormente no Brasil, mas publicado somente após os depósitos da *Vértice*. Seu conteúdo permanecera inacessível ao público até a publicação. O relatório descritivo revelava, de maneira direta e inequívoca, todas as características da disposição reivindicada pela *Vértice*, em combinação, embora essa matéria não estivesse abrangida pelas reivindicações do pedido anterior.

Quanto ao processo de limpeza, o pedido anterior não o antecipava integralmente. Sua combinação com um manual técnico publicado antes dos depósitos da *Vértice*, entretanto, fundamentou a conclusão de ausência de atividade inventiva. O manual, isoladamente, não sustentava essa conclusão.

Com esses fundamentos, o INPI indeferiu o pedido de modelo de utilidade por falta de novidade e o de invenção por falta de atividade inventiva.

Sobre os fundamentos dos indeferimentos, à luz da Lei nº 9.279/1996, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambos são adequados, pois a publicação posterior torna o conteúdo do pedido anterior oponível, desde seu depósito, para aferir tanto a novidade quanto a atividade inventiva.
- (B) Nenhum é adequado, pois o conteúdo do pedido anterior integra o estado da técnica somente a partir de sua publicação, sem efeitos sobre os depósitos realizados durante o sigilo.
- (C) O relativo ao modelo de utilidade depende da concessão da patente anterior, pois a publicação do pedido não basta para tornar seu relatório descritivo oponível como anterioridade.
- (D) Apenas o relativo à invenção é adequado, pois a combinação documental demonstra obviedade, enquanto a objeção de novidade depende de a matéria constar das reivindicações do pedido anterior.
- (E) Apenas o relativo ao modelo de utilidade é adequado, pois o conteúdo completo do pedido anterior produz efeitos desde seu depósito para novidade, mas não para atividade inventiva ou ato inventivo.

68

Sigma Equipamentos Ltda., fabricante de compressores industriais, contratou um técnico para realizar, no Brasil, a conservação e o reparo das máquinas de seu parque fabril. Suas atribuições não compreendiam pesquisa ou desenvolvimento, nem envolviam atividade inventiva. O contrato não dispunha sobre a titularidade de criações.

Durante o vínculo, por iniciativa própria e fora das atribuições contratadas, o empregado concebeu um mecanismo de acoplamento para os compressores comercializados pela sociedade empresária. Para desenvolvê-lo e validá-lo, utilizou o laboratório, os equipamentos de prototipagem e os dados de testes da empregadora.

Concedida a patente de invenção, transcorreu mais de um ano sem que a empregadora iniciasse a exploração de seu objeto. Não havia acordo entre as partes sobre a exploração, nem razões legítimas que justificassem a omissão.

Considerando a situação existente após o transcurso desse prazo, à luz da Lei nº 9.279/1996, assinale a afirmativa correta.

- (A) A patente permanece comum, em partes iguais, conservando a empregadora o direito exclusivo de licença de exploração, apesar da ausência de utilização do objeto.
- (B) A patente passa à propriedade exclusiva do empregado, em razão da falta injustificada de exploração pela empregadora no prazo legal, inexistindo acordo entre as partes.
- (C) A patente permanece comum, em partes iguais, mas a empregadora perde a exclusividade de exploração em razão do transcurso do prazo sem utilização do objeto.
- (D) A patente pertence exclusivamente à empregadora, pois o emprego de seus recursos no desenvolvimento da criação prevalece sobre a iniciativa pessoal do empregado.
- (E) A patente pertence a ambos, em proporção às respectivas contribuições, devendo a participação do empregado ser ponderada com os recursos disponibilizados pela empregadora.

69

O Instituto XYZ, autarquia federal cuja missão institucional inclui a pesquisa científica em saúde pública, realizou estudo sobre a adesão de pacientes de oito a dezesseis anos ao tratamento de doenças crônicas.

Para analisar os registros clínicos, substituiu os identificadores pessoais por códigos, mantendo a informação necessária à identificação dos participantes separadamente, em ambiente controlado e seguro. A associação dos registros aos respectivos titulares depende dessa informação adicional.

A partir dos registros codificados, o Instituto produz perfis individuais de adesão ao tratamento, que podem ser associados aos participantes mediante consulta à informação mantida separadamente.

A equipe responsável sustenta que a retirada dos identificadores tornou os dados anônimos, dispensando a observância das regras específicas de proteção dos titulares.

Sobre o caso hipotético relatado, com base no ordenamento jurídico brasileiro, precipuamente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a afirmativa correta.

- (A) Os registros estão pseudonimizados e permanecem dados pessoais sensíveis, devendo o tratamento dos perfis observar o melhor interesse das crianças e dos adolescentes.
- (B) Os registros permanecem dados pessoais sensíveis, sendo o consentimento parental a única base legal admissível para seu tratamento, inclusive em estudos por órgão de pesquisa.
- (C) Os registros estão pseudonimizados, mas passaram à categoria de dados pessoais comuns, pois a sensibilidade exige a presença dos identificadores na própria base analisada.
- (D) Os registros permanecem dados pessoais sensíveis, mas os perfis derivados ficam excluídos da LGPD, pois resultam de inferências produzidas pelo Instituto, e não de informações coletadas.
- (E) Os registros estão anonimizados, pois a identificação depende de informação armazenada separadamente, ficando seu tratamento dispensado das exigências aplicáveis aos dados pessoais sensíveis.

70

Capitu Digital S.A., controladora dos dados pessoais de seus empregados, contratou *Casmurro Representações Ltda.* para processá-los segundo suas instruções.

O contrato autorizou a subcontratação do armazenamento e atribuiu a *Casmurro Representações* responsabilidade exclusiva perante os titulares por danos decorrentes de incidentes de segurança.

Casmurro Representações subcontratou *Machado Produtos Ltda.*, mantendo sob sua responsabilidade a configuração dos controles de acesso. Durante a execução, uma auditoria identificou vulnerabilidade grave nesses controles e indicou medidas disponíveis para sua correção imediata.

Cientificadas, *Capitu Digital* determinou a continuidade do tratamento sem a correção, para evitar custos, e *Casmurro Representações* manteve a configuração insegura. A exploração da vulnerabilidade ocasionou exposição dos dados e danos patrimoniais comprovados aos empregados. A apuração demonstrou que as condutas de *Capitu Digital* e *Casmurro Representações* contribuíram para o resultado.

Quanto à responsabilidade de *Capitu Digital* e de *Casmurro Representações* perante os titulares, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) *Capitu Digital* responde exclusivamente pelos danos, pois a determinação de prosseguir com o tratamento afasta a responsabilidade de *Casmurro Representações*, que atuou segundo suas instruções.
- (B) *Capitu Digital* e *Casmurro Representações* respondem solidariamente pelos danos, pois suas condutas violaram deveres de segurança, sendo a cláusula de exclusividade inoponível aos titulares.
- (C) *Capitu Digital* e *Casmurro Representações* respondem proporcionalmente pelos danos, pois a participação de cada uma no evento limita a parcela indenizatória exigível diretamente pelos titulares.
- (D) *Casmurro Representações* responde exclusivamente pelos danos, pois a cláusula contratual transfere à operadora a responsabilidade que seria atribuível à controladora pela manutenção do tratamento.
- (E) *Capitu Digital* e *Casmurro Representações* respondem subsidiariamente pelos danos, pois a subcontratação autorizada torna *Machado Produtos* a responsável primária pelos incidentes relacionados aos dados armazenados.

Realização

